

## CRISE NO CONGRESSO

# 'Não votaria em ACM, mas o defendo com vigor'

O criminalista Márcio Thomaz Bastos afirma não confundir convicção política e profissão

ALEXANDRE ROCHA

O criminalista Márcio Thomaz Bastos, que advoga para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso da violação do painel eletrônico do Senado, declarou que "provavelmente não votaria em ACM, mas o defendo com muito vigor." Advogado e eleitor declarado do PT, amigo de personagens da esquerda – no fim do ano passado esteve em Cuba com o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva –, Bastos tem agora a difícil tarefa de representar alguém que está do outro lado do jogo político. Ele garante, entretanto, que não há constrangimento. "Uma coisa é ser advogado, outra são minhas posições políticas."

Primeiro criminalista a ocupar o cargo de presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Bastos participou do governo paralelo do PT, quando Fernando Collor de Mello estava na Presidência, e foi um dos autores do pedido de impeachment contra o ex-presidente. É também um dos mais conceituados advogados de júri do país. Como assistente da acusação, condenou o cantor Lindomar Castilho, que matou a ex-mulher, e os assassinos do sindicalista Chico Mendes. Hoje defende o promotor Igor Ferreira, condenado a 16 anos e 4 meses pelo homicídio da mulher grávida.

O criminalista recebeu a reportagem do Estado na sexta-feira em seu belo, porém sóbrio, escritório na Avenida da Liberdade, no centro de São Paulo, e falou sobre a defesa de ACM. Seguem os principais trechos da entrevista:

**Estado – Quais as perspectivas para a defesa de ACM?**

**Márcio Thomaz Bastos –** Penso que hoje, já apurados os fatos nesta sindicância preliminar do Conselho de Ética, sem a participação da defesa, não é caso de cassação. O relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) está cheio de equívocos, ele avança o sinal.

**Estado – Sabendo da lista com os votos da sessão que cassou o ex-senador Luiz Estevão, ACM não tinha a obrigação de apurar o caso como presidente do Senado? Não prevaricou?**

**Bastos –** Não, prevaricar é para atender interesses pessoais, ele tomou uma decisão de administrador. Olhando agora você pode dizer que a decisão foi errada. Mas naquele momento, em que ele não sabia de toda a logística para sacar a informação do computador, a decisão foi razoável, para proteger aquilo que ele achava ser um bem maior: a lisura da cassação de Estevão. Hoje, ele mesmo pode pensar que tenha errado.



Fotos Marcos Mendes/AE

❗ Nós vamos ter de admitir que possivelmente ele tenha cometido uma falta, embora eu ache que não. Mas não uma falta sujeita à cassação

✓ O parecer do senador Saturnino Braga está cheio de equívocos, ele avança o sinal

✓ Não acredito que a renúncia esteja no horizonte de ACM agora. Ele mostrou uma vontade de resistir porque não tem a consciência de que tenha cometido um ilícito

**Estado – O senhor disse que ele não atendeu a objetivos pessoais, mas o fato de ter falado da lista para os procuradores da República...**

**Bastos –** Ele nega que tenha falado. No laudo da Polícia Federal sobre a fita da conversa com os procuradores, que é o oficial apresentado agora, não aparece a palavra lista. Ao contrário do parecer da Unicamp (Universidade de Campinas), que é desencontrado e tem hora que aparece a lista.

**Estado – Em que pontos o relatório "avança o sinal"?**

**Bastos –** Esta é uma investigação preliminar, como se fosse o relatório de um delegado após o inquérito policial. O relator tinha de arrolar os elementos que existiam e dizer se era caso de abertura de processo disciplinar, mas ele avançou manifestamente o sinal. Não só ao pedir a cassação, mas ao fazer afirmações peremptórias. Isto deveria ser feito no final, pois ainda não houve oportunidade de defesa. Na verdade, já condenou em sua impressão subjetiva.

**Estado – Que linha a defesa tomará daqui para frente?**

**Bastos –** Nós sustentamos que ele não cometeu nenhuma falta, pode ter cometido um er-

ro, uma omissão, mas nunca que pudesse ser punida com cassação. Afinal de contas, existe no direito um princípio que é o da proporcionalidade, uma gradação das condutas. O regimento do Senado prevê advertência, censura, suspensão do mandato e cassação. Evidente que não se pode banalizar a pena máxima.

**Estado – Vão então pleitear uma punição mais branda?**

**Bastos –** Temos de admitir que possivelmente ele tenha cometido uma falta, embora eu ache que não. Mas não sujeita à cassação. Vou fazer um memorial para entregar, na terça-feira, aos membros do conselho. Nós imaginamos que vai haver um voto em separado das pessoas que não concordam com o relatório, vamos bater chapa.

**Estado – Nos memoriais vocês vão dizer que houve uma falta mas ela não é...**

**Bastos –** Pode ter havido uma falta, mas jamais punível com cassação. Acho que

poderia ser censura, ou até a suspensão temporária do mandato. A defesa será nesta linha.

**Estado – O senhor está assessorando o senador Paulo Souto (PFL-BA) no pedido de vistas que ele fez do relatório?**

**Bastos –** Claro que conversamos, mas é uma coisa feita por ele. Eu imagino que deve ser no mesmo sentido dos memoriais, porque é uma posição mais ou menos coincidente. Ele pode até não propor pena nenhuma, mas que se instaure um processo disciplinar.

**Estado – Pode-se dizer que ACM está concordando em receber uma punição?**

**Bastos –** Não, ele está admitindo que possa receber.

**Estado – Ele poderia renunciar para evitar a cassação?**

**Bastos –** Este é uma questão política que ele vai decidir, nisso não tenho influência. Mas não acredito que a renúncia esteja no horizonte dele agora. Ele tem ainda um espaço grande de luta. Ontem (quinta-feira) ele mostrou uma vontade de resistir, porque não tem a consciência que tenha cometido um ilícito. Eu até brinqueei que ele é o pior tipo de cliente que existe – o que pensa que é inocente – então pronto, ele acha que é inocente e tem de ser absolvido.

**Estado – Mas a renúncia não é uma possibilidade?**

**Bastos –** Li nos jornais, já vi ele conversar sobre isto, mas nunca cogitou comigo como uma decisão a ser tomada.

**Estado – O senador Ramez Tebet (PMDB-MS, presidente do conselho) já fechou posição sobre a votação aberta do relatório, o senhor vai tentar reverter a decisão?**

**Bastos –** É como uma gerilha, você toma as decisões de hora em hora. Ontem (quinta-feira) eu disse que isto não estava em nosso horizonte, hoje (sexta-feira) também não está. Não pretendemos questionar isto judicialmente.

**Estado – O ministro Marco Aurélio de Mello, presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que aquela corte pode recusar uma ação contra o voto aberto, pois seria um assunto interno do Senado.**

**Bastos –** Eu acho que não é uma questão interna-corporis. O tribunal não pode entrar para dizer que a decisão está errada, ou que poderia ter sido outra. Mas o tribunal vela pela Constituição e pelas leis. Então, se você infringe uma lei que foi recepcionada pela Constituição, o regimento, o Supremo interferirá com certeza.

**Estado – Não é uma prerrogativa de cada senador declarar seu voto?**

**Bastos –** É uma prerrogativa, desde que não prejudique o outro. Vamos formular uma hipótese: o sujeito tem medo, ou quer se vingar do ACM, ele tem de votar secreto se quiser fazê-lo de acordo com sua consciência, senão vai votar com medo ou com raiva.

**Estado – O senhor advoga para o PT, como fica trabalhar para um adversário do partido?**

**Bastos –** Não tenho nenhum constrangimento, não sou um petista que advoga, sou um advogado que vota no PT. Não alieno esta liberdade de advogar para ninguém, nem ao PT nem ao Lula, nem à Marta (Suplicy, prefeita de São Paulo).

**Estado – Mas o senhor está no Congresso e encontra com pessoas que, em outros momentos, estavam ao seu lado...**

**Bastos –** As pessoas mantêm assim uma linha... O José Genoíno (PT-SP), eu estava dando uma entrevista para a TV, ele chegou me abraçou. É o mesmo com o Eduardo Suplicy (PT-SP), o José Eduardo Dutra (PT-SE), a Heloísa Helena (PT-AL), o Roberto Freire (PPS-PE). Uma coisa é ser advogado, outra são as minhas posições políticas. Eu provavelmente não votaria no Antonio Carlos, mas o defendo com muito vigor.

**Estado – Como será a quarta-feira, quando o relatório vai ser votado no conselho?**

**Bastos –** Vamos estar lá, assistir, se a votação for aberta, e será, vamos ver os votos e, depois, traçar os próximos passos.